

Aconteceu

EM DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS

KARDEX	(X)
MC	()
PP	()
DOC. GERAL	()



ASSINE A INICIATIVA POPULAR

Aconteceu

Nº 413 - Junho/1987

**CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Irv da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cu-
nha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jethier Pereira Ramalho (coor-
denador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Grötti Borges
Neide Esterici
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA
Praça Floriano, 55/602
Rio de Janeiro-RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em: *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 60,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 120,00 ☐

Assinatura de apoio:

Cz\$ 200,00 ☐

América Latina: US\$ 30

América do Norte: US\$ 40

Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

Telefone: _____

Profissão: _____

Idade: _____

Est.: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —

Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.

Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 80,00

América Latina: US\$ 30

América do Norte: US\$ 40

Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

Telefone: _____

Profissão: _____

Idade: _____

Est.: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241

Rio de Janeiro — RJ.

Constituinte

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA

BOLETIM SOBRE A CONSTITUINTE - 75/87
BRASÍLIA, 05 DE JUNHO DE 1987

AMEAÇA AOS POVOS INDÍGENAS

As instituições empenhadas na defesa das causas indígenas no Brasil tem um grande problema a enfrentar nestas próximas fases da Constituinte: o "Artigo 14" do anteprojeto constitucional aprovado pela subcomissão de princípios gerais e atividade econômica.

Contrariando parecer do próprio relator, Deputado Virgildasio de Sena, o artigo aprovado dispõe que "empresas públicas e empresas nacionais" poderão aproveitar os potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais, em faixas de fronteira ou terras indígenas.

Isto significa a legalização de todas as invasões à terras indígenas, praticadas atualmente e no futuro, pelas empresas mineradoras, hidrelétricas e garimpeiros, que atentam contra o patrimônio dos índios e sua própria vida.

Em contraposição a isso, no entanto, a subcomissão que tratou da questão indígena aprovou matéria diferente, que diz o seguinte: "as terras ocupadas pelos índios são inalienáveis, destinadas à sua posse permanente, ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas do solo e do subsolo, das utilidades nelas existentes e dos cursos fluviais, assegurando o direito de navegação".

As duas versões entram agora pelo funil das "Comissões Temáticas", que deverão optar entre as garantias das nações indígenas e os interesses dos grupos econômicos, que contribuem para a extinção dos índios no Brasil.

PROPOSTA POPULAR DE EMENDA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Capítulo das Populações Indígenas

Art. 1º - A sociedade brasileira é pluriétnica.

Art. 2º - Os índios gozarão dos direitos especiais previstos neste capítulo, sem prejuízo de outros instituídos por lei.

§ 1º - São reconhecidos aos índios a sua organização social, seus usos, costumes, línguas, tradições e seus direitos originários sobre as terras que ocupam.

§ 2º - Compete a União a proteção às terras, às instituições, às pessoas, aos bens, à saúde e à educação dos índios.

Art. 3º - As terras ocupadas pelos índios são inalienáveis, destinadas à sua posse permanente, independentemente de demarcação, ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais do solo e do subsolo, das utilidades nelas existentes e dos cursos fluviais, assegurado o direito de navegação.

§ 1º - São terras ocupadas pelos índios as por eles habitadas, as utilizadas para caça, pesca, extração, coleta, agricultura e outras atividades produtivas, e as áreas necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, incluídas as necessárias à preservação do meio ambiente e do seu patrimônio cultural.

§ 2º - As terras indígenas são bens da União, inalienáveis, imprescritíveis e indisponíveis a qualquer título, vedada outra destinação que não seja a posse e usufruto dos próprios índios.

§ 3º - Aos índios é permitida a cata, fискаção e garimpagem em suas próprias terras.

§ 4º - Excepcionalmente, a pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas poderão ser feitas apenas pela União, em regime de monopólio, com prévia autorização dos índios que as ocupam, quando houver relevante interesse nacional, assim declarado pelo Congresso Nacional para cada caso, provada a inexistência de reservas conhecidas e suficientes para o consumo interno da riqueza mineral em questão em outras partes do território brasileiro.

§ 5º - Nos casos previstos no parágrafo anterior, o lucro resultante da lavra será integralmente revertido aos índios.

Art. 4º - A União, no prazo de quatro anos, formalizará o reconhecimento e executará a demarcação das terras indígenas ainda não demarcadas, observado o disposto no § 1º do Art. 3º.

§ 1º - O disposto no caput não exclui, do reconhecimento e da demarcação pela União, as terras de índios contactados após o prazo de quatro anos.

§ 2º - Ficam vedadas a remoção de grupos indígenas de suas terras e a aplicação de qualquer medida que limite seus direitos à posse e ao usufruto exclusivo.

Art. 5º - São nulos e extintos e não produzirão efeitos jurídicos os atos de qualquer natureza, ainda que já praticados, que tenham por objeto o domínio, a posse, o uso, a ocupação ou concessão de terras ocupadas pelos índios.

§ 1º - A nulidade e a extinção de que trata este artigo não dão direito de ação ou indenização contra a União ou os índios.

§ 2º - Os atos que possibilitem, autorizem ou constituam invasão de terras indígenas ou restrição ilegal a algum dos direitos aqui previstos, caracterizam delito contra o patrimônio público da União.

Art. 6º - Os índios, suas comunidades e organizações, o Ministério Público e o Congresso Nacional, são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos interesses e direitos dos índios.

Art. 7º - Ao Ministério Público compete a defesa e proteção dos direitos dos índios, judicial e extra-judicialmente, devendo agir de ofício ou mediante provocação.

§ 1º - A proteção compreende a pessoa, o patrimônio material e imaterial, o interesse dos índios, a preservação e restauração dos seus direitos, a reparação de danos e a promoção de responsabilidade dos ofensores.

§ 2º - Em toda relação contratual de que puder resultar prejuízo aos direitos dos índios, será obrigatória a interveniência do Ministério Público sob pena de nulidade.

Art. 8º - Compete exclusivamente ao Congresso Nacional legislar sobre as garantias dos direitos dos índios.

Justificativa

Aos índios devem ser reconhecidos:

- o direito, enquanto brasileiros culturalmente diferenciados, a suas formas de organização social;
- o direito, enquanto primeiros habitantes do Brasil, às terras que ocupam e a suas riquezas naturais, do solo e do subsolo;
- o direito, enquanto vulneráveis sobreviventes de um extermínio e de uma espoliação seculares, a uma proteção especial da União.

Entidades responsáveis pelas assinaturas:

Associação Brasileira de Antropologia - ABA: DCS/FFLCH/USP, CxP-8105, 01051, São Paulo

Coordenação Nacional dos Geólogos - CONAGE: Rua 68, nº 727, 74000, Goiânia, GO

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC: CxP 11008, 05499, São Paulo

Entidade coletora das assinaturas e central de informações:

UNIAO DAS NAÇÕES INDÍGENAS - UNI: R. Ministro Godoy, 1484, s 57, 05015, São Paulo - SP
Telefone: (011) 263.0163 ou entidade regional.

Com o apoio de:

Associação Nacional de Apoio ao Índio-Bahia/Comissão Pela Criação do Parque Yanomami/
Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões/Centro Ecumênico de Documentação e
Informação/Confederação Israelita do Brasil/Comissão Pró-Índio do Acre/Comissão Pró-Índio
de São Paulo/Centro de Trabalho Indigenista/Igreja Evangélica de Confissão Luterana
no Brasil/Igreja Metodista/Instituto de Estudos Sócio-Econômicos/Igreja Presbiteriana
Unida/Projeto Kaiowá-Sandeva/Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo.

Política Nacional

CUT DECIDE PROTESTAR CONTRA RECESSAO COM GREVE GERAL

Reunidos ontem em São Bernardo do Campo,
27 dirigentes sindicais ligados à Cen-

tral Unica dos Trabalhadores - CUT - decidiram uma nova campanha de mobilização - desta vez denominada de "Jornada Nacional contra a Recessão e pelos Direitos dos Trabalhadores" - que irá culminar com a convocação de uma greve geral, ainda sem data marcada. Para a empreitada, a CUT irá convidar a central rival, CGT, movimentos populares e os partidos políticos. A

reunião plenária dos dirigentes cutistas resultou em um por menorizado plano de ação. A proposta da greve geral foi colocada com todas as letras. "A jornada nacional de lutas tem como perspectiva politizar as mobilizações e articular e organizar os setores envolvidos em torno da proposta de greve geral", diz a "Carta aos Trabalhadores", redigida ao final do encontro. A CUT entende que a greve geral não pode ser entendida como um fim em si mesma, mas "deve representar efetivamente o acúmulo de mobilizações em termos da politização e da unificação nas questões centrais da conjuntura". Traduzindo em miúdos o discurso da central sindical, o que a CUT pretende é achar as palavras de ordem e a estratégia correta capazes de levar os trabalhadores a combater a atual situação, caracterizada, segundo os dirigentes cutistas, por uma "política de desemprego e arrocho salarial, de ampliação da miséria, de crise de legitimidade e credibilidade" em que está mergulhado o governo Sarney.. (JB - 8/6/87)

CUT ESPERA EFETIVAÇÃO DE PROPOSTA DE SARNEY

"Sou igual a São Tomé. Só acredito vendo". Assim reagiu Gilmar Carneiro, da executiva nacional da CUT, à proposta do presidente José Sarney, feita na última terça-feira, de dar liberdade e autonomia aos sindicatos. Ferrenho defensor da Convenção 87, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Gilmar condena o "paternalismo" do Estado sobre o movimento sindical existente atualmente no País, o que, a seu ver, perpetua os "pelegos" no poder. Pela Convenção 87, o imposto sindical seria extinto, bem como eliminada a estrutura atual do sindicalismo brasileiro. Elaborado pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, já está nas mãos de Sarney um projeto que prevê essas modificações. Antônio Flores, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, concorda que o movimento sindical deve des-

vincular-se do Estado, mas não acredita que o imposto sindical seja o principal problema. Para Gilmar Carneiro, contudo, "é possível acabar com o imposto de uma só vez", conforme mostra um estudo realizado pela CUT, recentemente. Segundo ele, essa seria uma forma de acabar com o poder das federações e confederações, ao mesmo tempo em que fortaleceria a base sindical, em função do aumento do número de associados. (ESP - 4/6/87)

Trabalhadores Urbanos

METALÚRGICOS DE SP ESCOLHEM ESTA SEMANA NOVA DIRETORIA

Na eleição sindical mais importante do país, 78.689 filiados do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo começam a escolher hoje a nova diretoria da entidade, para um mandato de três anos. Antecedida de uma campanha bastante tensa, que registrou trocas de acusações, ameaças e até agressões entre militantes das três chapas concorrentes, a eleição se estenderá até a próxima quinta-feira mobilizando um contingente de seiscentos soldados que atuarão no policiamento ostensivo e preventivo para conter eventuais incidentes como os registrados no pleito de 84, quando 47 pessoas ficaram feridas. O resultado do pleito poderá modificar substancialmente a correlação de forças do sindicalismo brasileiro, contrapondo as duas maiores centrais sindicais do país na luta pela hegemonia do movimento sindical. De um lado, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) pretende manter o sindicato em sua órbita de influência e apóia a Chapa 1, encabeçada pelo presidente em exercício, o vice-presidente Luiz Antonio de Medeiros. O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, é também presidente licenciado do sindicato, onde registra um reinado de vinte anos. A ala dissidente formada por diretores do PCB, PC do B,

Belo Horizonte, que tem 13 mil associados, dentre os cerca de 25 mil bancários da capital e 17 cidades vizinhas. Com a vitória, a CUT passa a ter o controle dos quatro maiores Sindicatos de Bancários do país, pois já controla os do Rio, São Paulo e Porto Alegre. A chapa 1, ligada à PMDB e PDT (o MR-8 manteve seu apoio a "Joaquinzão" e Medeiros), formou a Chapa 2, compondo com sindicalistas do PT que militavam na oposição, entre os quais Lúcio Bellentani, da comissão de fábrica da Ford no bairro do Ipiranga, que é o candidato a presidente. A candidatura de Bellentani, membro da direção nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), representou uma divisão no interior daquela central sindical, cujo maior sonho, desde a sua fundação em 1983, é a conquista do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Um grupo de dirigentes da CUT é simpático à chapa de Bellentani, mas oficialmente a central está apoiando a Chapa 3, encabeçada por Carlucio Castanha, do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMSP). Reunindo grupos de esquerda e sindicalistas ligados à Igreja, o MOSMSP milita há cerca de vinte anos na oposição à diretoria do sindicato. Vencendo a Chapa 2 ou a Chapa 3, a entidade estará sob influência da CUT, pois mesmo sem contar com o apoio oficial da cúpula cutista, Bellentani anunciou que pretende trabalhar para que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo se filie à central nascida em São Bernardo. Atualmente, o sindicato não está filiado a nenhuma das duas centrais, embora sua imagem sempre tenha se identificado com a CGT. (FSP - 8/6/87)

CONTROLE SE AMPLIA A BANCÁRIO MINEIRO

A CUT - Central Única dos Trabalhadores - obteve êxito na principal meta traçada por sua direção nacional este ano para Minas Gerais, ao vencer as eleições para a diretoria do Sindicato dos Bancários de

CUT e encabeçada por Marcelo D'Agostini, obteve 5 mil 573 votos, contra 4 mil 318 dados à chapa 2 - diferença de 1 mil 255 votos - cujo candidato a presidente, Wagner Pereira, é o atual vice-presidente do Sindicato e que ocupa também a vice-presidência regional da CGT - Central Geral dos Trabalhadores. Houve 226 votos em branco e 381 nulos. Esta foi a primeira vez que a CUT disputou uma eleição no Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, onde chapas de oposição - até então não ligadas à Central - foram derrotadas em 1979 e 1984. O Sindicato dos Bancários, há 20 anos, se mantinha sob o domínio de um mesmo grupo, liderado por Alfredo Horst, que foi o interventor do governo militar na década de 60 e de lá para cá cuidava da articulação das chapas e situação - afirmou o assessor da diretoria eleita, Geraldo Magela Sabino Lanna. O próximo objetivo da CUT em Minas será o de conquistar a direção do Sindicato dos Rodoviários. (JB - 8/6/87)

MINAS DESCONTARÁ FALTA DE FUNCIONÁRIO GREVISTA

O governador Newton Cardoso disse ontem que, mesmo que os funcionários públicos mineiros mantenham a greve até o final do ano, não voltará atrás em sua decisão de conceder apenas o aumento escalonado, a partir de 1º de maio, de 30% a 60%. O funcionalismo, com 56 mil dos 110 mil servidores na administração direta e 212 mil dos 230 mil trabalhadores do ensino parados, reivindica 108% a partir de 1º de abril. Cardoso ameaçou demitir funcionários por abandono do trabalho e classificou a greve de política. O Minas Gerais, órgão oficial do governo do estado, publicou ontem, na primeira página, nota oficial em que o governador determina às secretarias de estado, autarquias, fundações e empresas públicas o controle rigoroso da frequência dos servidores. A nota adverte que as faltas ao serviço ocorridas durante o mês de maio deverão ser apu-

radas e descontadas "imediatamente e no primeiro contracheque, mesmo que isso acarrete atraso no pagamento dos servidores". (JB - 28/5/87)

EM ITAIPU, DEVE SAIR ACORDO

Os 15 mil operários que trabalham na construção de Itaipu farão neste sábado, em Foz do Iguaçu, assembléia para decidir se aceitam a proposta salarial dos consórcios de empreiteiras contratados pela binacional - a Unicon, de obras civis, e a Itamon, de montagem de equipamentos. As empresas estão oferecendo, basicamente, 8% a título de produtividade - contra os 15% pretendidos - e 100% do IPC sobre maio, o que representa um aumento de salários entre 40 e 45%. "É razoável, e é bem possível que a categoria vote a favor", comentou ontem o secretário-geral do recém-criado Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Foz, Ronaldo Paiva. (ESP - 28/5/87)

PERSEGUIÇÃO NA SADIA

Numa atitude vergonhosa a SADIA S/A de Toledo (Indústria de alimentação localizada no oeste do PR) vem perseguindo e demitindo funcionários desde o dia 29 de maio: 1) Já são 50 os demitidos, podendo este número chegar a 80 (oitenta). 2) 20 dos demitidos são componentes da chapa de oposição. 3) A grande maioria, 80% dos demitidos possuem mais de 07 anos de trabalho na empresa. 4) 04 demitidos são membros da CIPA. 5) Os atingidos pela demissão são lideranças comunitárias (coordenadores de grupos de família, catequistas, militantes de associações de moradores...). 6) Não bastasse tudo isso, numa atitude policialesca agentes (espiões) da SADIA, na "caça" as lideranças estiveram participando de reuniões nas comunidades de gravador em bolso para descobrirem os possíveis apoios e componentes da chapa de oposição. 7) Despede-se funcionários que não estão envolvidos com a chapa de

oposição, muitos deles apenas por serem parentes dos componentes da chapa. Todo este clima de terror instaurado na SADIA deve-se ao fato de um grupo de trabalhadores terem organizado uma chapa de oposição ao Sindicato dos trabalhadores na alimentação local. A oposição aguardava o edital de convocação das eleições, quando se iniciaram as demissões em massa. Na verdade, tais fatos apenas confirmam a prática já habitual da SADIA em relação aos trabalhadores que é a da perseguição, autoritarismo e repressão; não é primeira vez que isto acontece. Atitudes como essa não são mais admissíveis, mostram a "institucionalização" da perseguição aos trabalhadores. A SADIA está em nosso país em vários estados construindo sua riqueza. Os trabalhadores brasileiros não podem continuar sendo pisados dessa forma, tal atitude não convive com o esforço da discussão de um país justo e democrático que se realiza no congresso Constituinte.

Obs.: Estamos solicitando que as pessoas, entidades, sindicatos, movimentos que escrevam aos trabalhadores solidarizando-se a sua situação e também a empresa, protestando contra a medida arbitrária e anti-democrática:

Comitê dos Demitidos da Sadia

Rua 15 de novembro, nº 1343 sala 14
Cx. Postal 621
85900 - Toledo - Paraná

SADIA (Pedrinho Furlan - Diretor Administrativo)

Rua São João, 1191
85900 - Toledo - Paraná

Trabalhadores Rurais

BÓIA-FRIA FAZ ACORDO E VOLTÀ AO CANAVIAL

Representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp) e do Sindicato do Açúcar e do Alcool assinaram ontem na Capital um

acordo salarial para os cortadores de cana do Estado. Quase 80 mil bóias-frias voltaram ao trabalho no final da manhã, mas em algumas cidades do Interior, a greve continua parcialmente. Os fornecedores de cana ligados à Federação da Agricultura do Estado (Faesp) não acompanharam os usineiros na proposta apresentada aos trabalhadores e ainda continuam negociando com os grevistas. E a liderança considerou o movimento vitorioso. A paralisação iniciada há 13 dias continuou, em pelo menos 11 municípios das regiões de Ribeirão Preto, Araraquara e São José do Rio Preto, onde as assembleias rejeitaram a contraproposta patronal. Já em outros 13 municípios - onde, segundo a Fetaesp, há 77.300 cortadores de cana - os bóias-frias já estão trabalhando: Sertãozinho, Pitangueiras, Pontal, Jaboticabal, Sales Oliveira, Orlândia, Morro Agudo, São Joaquim da Barra, Araras, Matão, Rincão, Cajuru e Santa Rosa de Viterbo. O acordo salarial prevê, para os bóias-frias ligados às agroindústrias, diárais de Cz\$ 163,71 e Cz\$ 35,51 pela tonelada da cana cortada de 18 meses e Cz\$ 33,99 pelas outras - e mais uma hora extra de itinerário com acréscimo de 30%. Segundo os cálculos dos sindicalistas, isso significa 38% a mais em relação ao início das negociações. (ESP - 6/6/87)

GREVE EM TAQUARITINGA

Os apanhadores de laranja de Taquaritinga, região de Ribeirão Preto, entraram em greve ontem, reivindicando pagamento de Cz\$ 8,00 por caixa colhida, e de Cz\$ 300,00 por serviços gerais. Atualmente as indústrias pagam Cz\$ 2,60 por caixa. A greve, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tem a adesão total dos seis mil apanhadores de laranja da cidade. O presidente do sindicato, Luiz Lopes, afirmou que "os laranjeiros estão ganhando muito pouco" e espera que a Fetaesp "se empenhe imediatamente por um acordo com as associações de indústrias de suco". (ESP - 5/6/87)

PM PRENDE TRABALHADORES RURAIS NO SUL

Embora a retirada das 71 famílias invasoras de uma área da fazenda São Pedro, em Guaíba, por 30 soldados do 15º Batalhão de Polícia Militar tenha transcorrido sem incidentes, dois colonos foram presos pelo delegado Valdo Nóbrega por invasão de propriedade e desobediência, quando pularam a cerca e voltaram ao local para pegar água para seus parentes. A detenção ocorreu às 11h da manhã de ontem, nos 1 mil 53 hectares de propriedade da empresa Etel, no vizinho município de Guaíba, quando famílias tinham saído da área invadida, após a Brigada Militar cumprir determinação judicial de reintegração de posse em favor da empresa. Os dois colonos detidos, ainda com os baldes na mão, foram Pedro Franchetti e Leodir Oliari, conduzidos presos para a delegacia de Guaíba. Os colonos deverão ser liberados com pagamento de fiança. A operação de retirada das famílias ocorreu após duas semanas de ocupação. Os colonos são do município de Ronda Alta e estavam com outras 70 famílias em outra área da fazenda São Pedro. A área pertencia à família Krebs, proprietária original de toda a fazenda de mais de 3 mil hectares, mas a parte dos Krebs já pertence legalmente ao Incra. O decreto do presidente Sarney, há mais de um ano, desconheceu a divisão e loteamento da área, existentes há vários anos. Isso levou a Etel a ingressar com medidas judiciais, conseguindo sustar, na Justiça Federal, a desapropriação da área até a definição do caso, já que alega ser uma empresa rural. (JB - 28/5/87)

CONFLITO DE TERRA CAUSA 6 MORTES EM RONDÔNIA

Um violento tiroteio entre grileiros e lavradores pela posse de 10 mil hectares foi travado anteontem no município de Pimenta Bueno, no interior de Rondônia, com um saldo de seis mortos e dois feridos in

ternados em estado grave. O conflito ocorreu na área do Projeto São Felipe onde o Incra começou a instalar, há três anos, famílias de colonos. Até ontem à tarde a Polícia de Pimenta Bueno não tinha detalhes do episódio e a única informação disponível era a identificação dos mortos: Talvino Viana, Valdir Viana, José Alves da Silva, José Luis de Oliveira Filho, Antonio de Jesus e Francisco Ferreira da Silva. Os agentes não tinham detalhes do tiroteio porque os feridos hospitalizados na cidade, em estado grave, não estão em condições de falar. (O GLOBO - 4/6/87)

SEM-TERRA AMEAÇAM: AS INVASÕES VÃO CONTINUAR

O clima de tensão retornou à Alta Noroeste, em consequência do anúncio feito pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra de que invasões voltarão a ser feitas em função do atraso da Justiça Federal na decisão de processos de desapropriação de cinco fazendas, num total de 19 mil hectares. O presidente do Sindicato Rural de Andradina, Arnaldo Silva Leão, disse não acreditar na possibilidade de os fazendeiros manterem guardas particulares armados para evitar invasões, mas alertou que "as ameaças dos sem-terra sempre causam inquietações". O secretário de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo, Osvaldo Ribeiro, que domingo passado presenciou a ameaça de 600 trabalhadores num encontro de Andradina, limitou-se a dizer que levará a situação de revolta ao conhecimento do governador. Já o coordenador do Incra em São Paulo, Roberto Santana, acredita que a criação da Justiça Agrária no Estado poderá apressar as decisões judiciais e acelerar a reforma agrária paulista. (ESP - 3/6/87)

FAMÍLIA PROCURA LÍDER CAMONÊS DESAPARECIDO EM 63

Um pedido de investigações sobre o paradeiro do líder camonês gaúcho João Macha

do dos Santos, mais conhecido como João Sem-Terra, desaparecido desde 1963, foi encaminhado ontem pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul ao secretário executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, José Cirne Lima Eichenberg. O conselheiro do movimento, Jair Krischke, explicou que "só agora a família concordou em divulgar o fato". Um dos líderes do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master), que atuou de 1960 a 1964, João Sem-Terra foi preso e torturado várias vezes pelo Dops gaúcho em 1963, como informam exemplares da época do jornal Última Hora, de Porto Alegre. A última vez em que foi visto pela família foi em 17 de dezembro de 1963, num encontro sigiloso em Porto Alegre, quando disse que estava viajando para o Rio a fim de participar da reunião preparatória da fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Depois de muita procura, a mulher de João, Vandelina dos Santos, obteve uma única pista, em 1970, por intermédio do padre Léo Schneider, pároco da cidade de Estância Velha, onde João residia com a mulher e os sete filhos. O padre solicitou informações ao Dops gaúcho e foi intimado a depor. Durante o depoimento, o padre foi informado de que João Machado dos Santos estava preso, naquela época (1970), num quartel da Brigada Militar em Passo Fundo. (JB - 3/6/87)

Índios

MINISTRO ACHA QUE CIMI TRAMA CRISE NA AMAZÔNIA

Durante a visita do presidente José Sarney, na sexta-feira, ao projeto Calha Norte, na Amazônia, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Otávio Moreira Lima, criticou duramente a atuação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na região. "O Cimi manipula falsos missionários que se arvoram em defensores dos índios, estranhamente sempre nas áreas de garimpo",

afirmou o ministro. Moreira Lima criticou também os garimpeiros "que, desprovidos de qualquer sentimento de solidariedade, destroem o meio ambiente, expulsam e matam os índios". Apesar de garantir que o Brasil não irá abdicar de suas riquezas minerais na Amazônia, o ministro da Aeronáutica admitiu que hoje "a região está totalmente fora do controle do governo". O chefe do Gabinete Militar da Presidência, general Bayma Denys, explicou que o projeto Calha Norte, que estará concluído em 1990, prevê a construção de oito guarnições militares e 20 aeroportos ao longo dos 6 mil 500 quilômetros de extensão, no trecho que vai de Tabatinga (AM) ao Oiapoque (AP), passando pelas áreas de fronteira do Brasil com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. (JB - 8/6/87)

EXPLORAÇÃO DA TERRA DO ÍNDIO DIVIDE AS OPINIÕES

O relator da subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, Deputado Alcení Guerra (PFL-PR), está apostando no peso de sua condição de ser o primeiro Vice-Líder do PFL para garantir a aprovação de seu anteprojeto no plenário da Assembléia constituinte. Para ele, os maiores adversários de sua proposta serão os conservadores do PMDB, que já deram uma demonstração de suas intenções fazendo diversas emendas ao texto que apresentou, principalmente no que se refere a proibição de exploração do subsolo das terras indígenas por empresas privadas. Mas acredita na aprovação de seu anteprojeto pelo baixo número de emendas apresentadas. Para evitar radicalizações, convidou a todas as entidades representativas e aos parlamentares que fazem parte de sua subcomissão para alterarem em conjunto os itens que necessitam de modificações. O relator, em seu anteprojeto, prevê a necessidade de aprovação por parte do Congresso Nacional, e das populações indígenas, para que as ri-

quezas minerais contidas nas terras dessas populações sejam exploradas. Quem mais apresentou emendas, tentando reverter esse dispositivo, foi o Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), que não faz parte da Comissão da Ordem Social. (O GLOBO - 24/5/87)

GRUPO REPUDIA EXPULSAO DOS ÍNDIOS KAIOWÁ

Em uma nota expedida à imprensa, o Grupo de Apoio ao Índio, Gain Tupã I de Dourados demonstra o seu repúdio com relação à expulsão de cerca de setenta índios Guaranis, do sub-grupo Kaiowá da aldeia do Jarará em Vila Juty, próximo de Caarapó. Segundo o Grupo, "a onda de expulsões de comunidades indígenas de suas terras tem sido vergonhosa". Para eles, o despejo dos índios ocorrido na semana passada foi triste e desumano. Entretanto o Grupo, assegura que os Guaranis têm como provar que a terra lhes pertence, e que o despejo ocorreu devido a uma total omissão da Funai. Em um relatório para a Funai, um grupo de trabalho do próprio órgão afirmou que havia casas indígenas em toda a extensão da fazenda de Miguel Spatil de Oliveira, denominada São Miguel Arcanjo. Muitos são os índios que asseguram ter nascido no local. Foi possível constatar também a presença de dois cemitérios indígenas. De acordo com a nota, o Grupo Gain Tupã I afirma que foi desumano o modo de retirada dos Guaranis-Kaiowá através de um contingente de 150 policiais fortemente armados. Segundo os índios, não faltaram tiros e bombas o que fez com que os índios se retirassem imediatamente. O grupo afirma que eles "foram simplesmente largados à beira da estrada". A Diocese de Dourados também lamenta o ocorrido. O bispo Dom Leonardo Leitz assegura que o juiz de Caarapó não poderia tomar nenhuma decisão no caso, competindo a ação apenas ao Tribunal de Justiça do Estado. A Diocese de Dourados argumenta que sente-se no dever de denunciar mais uma

injustiça social das autoridades que "parecem favorecer uma minoria privilegiada em detrimento dos anseios dos menos favorecidos". (CORREIO DO ESTADO/MS - 19/5/87)

Igrejas

BISPOS AGUARDAM A POSIÇÃO OFICIAL SOBRE VETO AOS BOFF

Os bispos brasileiros preferem aguardar informações oficiais da Congregação Vaticana para a Doutrina da Fé sobre a proibição do lançamento na Itália dos livros dos teólogos brasileiros Leonardo e Clodovis Boff antes de se pronunciarem. Para o secretário-geral da CNBB, d. Celso Queiroz, seria preciso uma análise mais profunda das circunstâncias em que ocorreu a proibição do lançamento. D. Celso disse que não se trata de discutir se as obras - e a própria Teologia da Libertação - são certas ou erradas, mas se elas são aconselháveis ou não. Os livros "A Trindade, a Sociedade e a Libertação", de Leonardo Boff, e "A Igreja dos Pobres", de Clodovis e do pastor batista norte-americano Jorge Pixley, seriam lançados ontem em Assis, na Itália. O lançamento foi proibido pelo cardeal alemão Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação Vaticana para a Doutrina da Fé. Ouvido ontem pela Folha, o bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, afirmou que aguardaria uma informação oficial da Congregação Vaticana sobre a proibição antes de se pronunciar. (FSP - 7/6/87)

SOLIDARIEDADE ITALIANA AOS IRMÃOS BOFF

Ao proibir que os teólogos brasileiros Leonardo e Clodovis Boff lançassem ontem os seus últimos livros publicados na Itália, o Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Cardeal Joseph Ratzinger, provocou um efeito certamente in-

desejado: os dois teólogos acataram o veto, mas receberam manifestações de solidariedade de mais de 350 pessoas reunidas para uma conferência sobre o Terceiro Mundo, além de inúmeros telegramas e telefonemas de teólogos italianos, intelectuais e simples fiéis. E foram alvo da atenção dos jornais e das cadeias de TV durante o dia, tudo isso no sugestivo cenário de Assis, a cidade de São Francisco, maior centro de peregrinação da Itália. Os irmãos Boff deveriam apresentar os livros "Opção pelos pobres" e "Trindade e Sociedade", primeiros volumes da coleção "Teologia e Libertação", que nunca foi bem vista pelo ex-Santo Ofício, que há dois anos esboçou uma reação contra a publicação da coleção, pressionando as editoras. (O GLOBO - 7/6/87)

IGREJA PEDE REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

A Igreja em Mato Grosso do Sul, que vinha tendo uma atuação discreta em relação a reforma agrária, preferindo apaziguar os conflitos fundiários e socorrer colonos da ira da polícia, decidiu também cobrar a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária. A primeira iniciativa foi uma conversa de 30 minutos com o governador Marcelo Miranda, ontem de manhã. Bispos de regiões tensas relataram a situação crítica de milhares de trabalhadores. "Gostaríamos de não ser profetas para prever o que pode acontecer no campo se houver uma frustração no plano da reforma agrária, pela Constituinte", disse o arcebispo metropolitano de Campo Grande, dom Victório Pavanello. Embora acredite que o processo hoje "é irreversível", Pavanello teme por uma reforma agrária "repressiva", que traga mais violência e mortes, o que, na sua opinião, desencadearia lutas intermináveis pela posse da terra. Não podemos continuar tendo apenas colecionadores de fazendas, afirmou o arcebispo, até então arredio a entrevista de cunho político.